



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Direito à Cidade

**A sustentabilidade no espaço urbano litorâneo:
Uma análise a partir do Projeto Tamar.**

Mariana Lombardi Pereira¹
Sonia Regina Vargas Mansano²

Resumo: A sustentabilidade engloba as dimensões afetiva, social e ambiental, sendo cada vez mais compreendida como algo que diz respeito aos cidadãos. Ameaçadas de extinção, espécies de tartarugas precipitaram movimentos para institucionalização de práticas ambientais em cidades litorâneas. Este trabalho teve por objetivo investigar as práticas protetivas criadas no espaço urbano de cidades litorâneas que abrigam o Projeto Tamar. Adotando um critério de estudo qualitativo, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as ações do Projeto. Como resultado, observou-se que o incentivo às práticas cidadãs promove uma identificação com o projeto, envolvendo comunidade e turistas com a preservação da natureza.

Palavras-chave: Transformação social; Espaço urbano; Sustentabilidade; Cidadania; Psicologia Social.

Abstract: Sustainability includes affective, social and environmental dimensions, and it is known as something regarding citizens. Endangered species such as sea turtle were an important motivator for institutionalizing of environmental practices and social transformations around coastal cities. Thus, present study aims to investigate the protective practices created in cities that have coastal areas and host institutions for the study named Projeto Tamar. Qualitative research was adopted and bibliographic survey was made about Projeto's actions. As a result, was observed that citizens practices encouragement promotes an identification with the project, involving the community and tourists with nature preservation.

Keywords: Social transformation; Urban space; Sustainability; Citizenship; Social psychology.

1. Introdução

O Brasil é comumente reconhecido por sua cultura diversificada e pela beleza das áreas naturais. O país ocupa o quinto lugar entre os que possuem área territorial mais extensa no planeta. Só de litoral, banhado pelo oceano Atlântico, são mais de sete mil quilômetros. Isso proporciona acesso a paisagens muito diversas. Ao longo da costa existem diferentes ecossistemas, como dunas, falésias, praias, mangues, baías, restingas,

¹ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Brasil. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária. E-mail: lombardi.mariana95@gmail.com

² Psicóloga. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Administração e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Brasil. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. E-mail: mansano@uel.br



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

estuários e recifes de corais. Todos estes ecossistemas são atrativos para atividades de lazer e turismo (Pérez-Nebra; Torres, 2002).

As praias, outrora, foram espaços dedicados apenas para pesca e até foram considerados lugares para tratamentos, quando se percebeu que a água salgada fazia bem à saúde. Com o passar do tempo, a extensão litorânea no Brasil passou a ser visitada em larga escala por pessoas que vêm de todo o mundo. Nos dias atuais, estes espaços são culturalmente reconhecidos como área para lazer, com grande circulação de pessoas viajando para o litoral sazonalmente.

As visitas à beira do mar são tidas como momentos de descanso, onde são realizadas atividades individuais e coletivas voltadas ao lazer, características que contrastam ao estilo de vida urbano, mais vinculado ao trabalho. Pode-se dizer que é um traço cultural brasileiro aproveitar as praias de forma livre e sem se atentar para os possíveis impactos ecológicos advindos do excesso populacional, ainda que sazonal. Por essa questão, há a necessidade de se pensar a noção de turismo por uma perspectiva crítico-política.

A presente pesquisa teórica e documental tem por objetivo investigar as práticas protetivas da natureza criadas no espaço urbano de cidades litorâneas, especialmente aquelas que abrigam o denominado Projeto Tamar. Para tanto, ela foi dividida em dois momentos. Na parte teórica são analisados o crescimento da prática de turismo nas regiões litorâneas e seus impactos na preservação da natureza marinha. Na parte empírica, é apresentado um estudo de caso cuja unidade de análise é o projeto Tamar. Valendo-se dos documentos disponibilizados por este projeto, busca-se compreender suas práticas sustentáveis nas cidades litorâneas, abrangendo os aspectos sociais, afetivos e ambientais.

Ao final da pesquisa será possível demonstrar que a questão ambiental das cidades litorâneas vai muito além de práticas legais e de fiscalização, envolvendo também iniciativas macro e micropolíticas, cujos agentes sociais são múltiplos e variáveis.

2. Desenvolvimento Teórico

A integração de diferentes pessoas em um determinado espaço tem, de antemão, um conjunto de acordos legais e também informais que expressa formas de convívio e organização a serem respeitados. Para Dallari (1984), esses detalhes de convívio são estabelecidos a partir do encontro de ideias plurais entre aqueles que estão presentes no



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

espaço e que possuem um interesse em comum. Existem, assim, dois tipos de movimentos: um que busca a transformação de funcionamento dos acordos e outro que faz sua manutenção, sendo que ambos se referem a práticas políticas. Segundo Maar, a atividade política constitui-se pelo:

exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo. Assim as próprias propostas políticas são repensadas em cima do que elas têm a oferecer já, aqui e agora. Em termos que lhes conferem um significado humano imediato real, sem que isto signifique o abandono de perspectivas mediatas para o futuro como metas necessárias (MAAR, 1982, p. 22).

Assim, a convivência entre seres humanos e destes com a natureza implica um exercício político. O tempo todo, decisões são tomadas e posicionamentos frente à dinamicidade das relações são definidos. A política é, portanto, uma ferramenta de coexistência. Diante de mudanças, é de suma importância a elaboração de novas estratégias políticas de convivência. As cidades litorâneas lidam o tempo todo com questões políticas ligadas a variação da população que abriga, a qual é variável a depender da presença ou não de turistas. Assim, a questão do turismo pode ser pensada nessa perspectiva política. Quando ele começou a crescer, acompanhando os avanços tecnológicos de transporte, emergiu também um potencial igualmente grande de degradação socioambiental (Becker, 2001). Assim,

Do ponto de vista social, o risco maior um crescimento econômico nos moldes do velho modelo promotor de desigualdades, exclusão, poluição, degradação ambiental, enfim, trazendo apenas um consumo do espaço e uma circulação mercantil, sem trazer os benefícios para a região (Becker, 2001. p. 6-7).

Comprovados por números e estatísticas anunciados pela Organização Mundial de Turismo (OMT), esse segmento de mercado vive um crescimento acelerado. Diante deste fato, existem decisões que podem ser tomadas para a manutenção ou transformação das questões sociais, econômicas, políticas, sociais e ambientais que atravessam as práticas de turismo. Exemplo disso foi a própria criação da OMT, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, que define o turismo como: “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (Barreto apud Torre 1992, p. 19). O deslocamento realizado por indivíduos ou por um grupo de pessoas no turismo é temporário, voluntário, breve e sem visar lucro para o turista. Torre apresentou uma das definições mais utilizada sobre o tema:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada,



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (Torre 1992, p. 19).

No Brasil, pesquisas sobre o turismo ainda são escassas, mas de grande importância, pois servem para compreender os contextos sociais, políticos e econômicos das cidades que o abrigam e setores aos quais estão diretamente ligados. Em termos conceituais, o turismo é descrito de formas diversas, a depender da perspectiva adotada. A geografia é uma das áreas de conhecimento que mais se empenha em compreender este tema e para ela o foco do turismo está na atividade de lazer com fins recreativos e de lazer (Mitchell (1994) *apud* Flores; Mendes, 2014). Outra perspectiva é adotada pela área da gestão (Flores; Mendes, 2014) que reconhece essa atividade nas viagens de trabalho, visitas a amigos e parentes, nas quais o sujeito se envolve em atividades turísticas como um complemento de sua viagem. Para os autores, o desejo dos turistas advém da atração que a localização geográfica dispõe. Eles dizem que são

as atrações de uma localização geográfica que fazem os turistas desejar visitá-la, e complementam que as demandas modificam a estrutura e o caráter do destino pela geração de ofertas e mudanças nos seus elementos constitutivos, sendo que essas mudanças devem ser objeto de planejamento e desenvolvimento do turismo (Cooper *apud* Flores; Mendes 2001).

Já explorando um panorama cultural e social, Framke (2002) considera que as atividades turísticas praticadas em determinado lugar é o que lhe dá forma e qualidade. Assim, quando alteradas as atividades cotidianas realizadas na cidade turística, sua estrutura, conteúdo e dinâmica espacial também são modificados. Desta forma, é possível assumir que as cidades frequentadas por turistas sofrem, na realidade, um processo que as remodela por intervenções precisas dessa população temporária. Referente aos interesses da antropologia, discutidos por Graburn (1993), notam-se processos intraculturais, com as diferenças e semelhanças de cultura entre as pessoas, as inovações e variações dentro dessa convivência. Assim, a área busca identificar quais os impactos causados, os tipos de interação e comunicação entre os turistas e os residentes. O autor defende a ideia de que a escolha feita pela pessoa para um dado destino turístico não acontece de modo aleatório, mas corresponde a um conjunto de fatores que não faz parte de sua realidade e do espaço onde moram.

São vários agentes envolvidos na experiência do turismo. Dentre eles, estão os turistas e os que lhes oferecem serviços, como os trabalhadores e empresários. Assim, a gestão do turismo tem cada vez mais lançado mão de recursos da psicologia e outras áreas para compreender as dimensões sociais, emocionais, cognitivas e ambientais associadas às



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

percepções simbólicas do turista. Compreendendo as necessidades, expectativas e o que compõe a experiência subjetiva da população são viabilizadas novas possibilidades turísticas.

Para facilitar os processos e as relações entre população local e turistas, foi criado no Brasil, em 2003, o Ministério do Turismo (MTur). Este trabalha juntamente com a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), que possui mais de cinquenta anos de existência. Ambos visam fomentar atividades turísticas, viabilizar emprego e renda para os moradores das cidades e contribuir para o desenvolvimento do país. O Ministério do Turismo tem parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com tais parcerias, o Ministério gera diversas informações que atestam o aumento tanto no número de turistas que chegam ao Brasil quanto os gastos efetuados com o turismo. O objetivo do Ministério do Turismo consiste em:

Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico (Ministério do Turismo, 2015).

Para o Ministério existem muitos tipos de turismo, como de pesca, saúde, esportes, estudos, religioso, cultural e cívico (Ministério do Turismo, 2015). De acordo com Barreto (1994), o turismo se configura por um conjunto de atividades realizado durante um período inferior a um ano, em lugares distintos ao habitat natural daquele que o pratica com finalidade de lazer, negócios ou outros. As razões que levam as pessoas a viajarem para determinadas atividades turísticas resultam de um processo de decisão do qual participam grupos diversos como família, amigos, educadores, profissionais de *marketing* e também questões de viabilidade econômica. O retorno deste visitante para o destino da viagem pode se dar pela satisfação gerada, sendo resultado de uma equação entre as expectativas e a qualidade da experiência vivida (Pérez-Nebr; Torres, 2002).

Em território nacional, o desenvolvimento do turismo vem acelerando cada vez mais ao passar dos anos. Dentro dessa ascensão, existem algumas características como, por exemplo, a competitividade, as mudanças demográficas e climáticas, a alta produtividade, os avanços tecnológicos e o aumento das demandas de consumo de turistas. Todos esses fatores transformam diretamente a qualidade de vida das pessoas que trabalham na área, gera mais empregos diretos e indiretos (Pérez-Nebra; Torres, 2002), mas também pode vir a produzir danos ambientais graves. Ações executadas sem conscientização das



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

consequências geradas são diretamente ligadas às intervenções catastróficas que sofre o meio-ambiente E, para além da extinção de espécies animais e vegetais, a própria sobrevivência daquele que provoca todas essas ações predatórias é atingida (Bastiani; Pellenz, 2014). Por essa razão, faz-se necessário elaborar medidas, acordos e leis que interfiram no sentido de impedir ou ao menos amenizar a degradação ambiental. A consolidação da sustentabilidade só tem um caminho para ser alcançada: as transformações sociais. Para Jacob:

O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem (Jacobi, 2003, p.196).

A questão ambiental, no Brasil, só tomou proporções significativas quando os espaços urbanos passaram por intensa fase de crescimento na década de 1960. O conceito de sustentabilidade nasceu quando o futuro da existência no planeta passou a ser incerto para as próximas gerações. Assim, os modos de atuação do humano no planeta foram colocados em questionamento. Nessa época, o termo foi inserido em discursos políticos, sociais e filosóficos (Barbosa, 2008). A preocupação com o desenvolvimento sustentável relacionada à atividade turística só começou a ser discutida e ter relevância após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu em 1992, no Rio de Janeiro. Partindo deste debate nasceu a proposta da OMT que é a chamada “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável”, indicando as prioridades para desenvolver programas e efetivar a implementação do turismo sustentável.

A partir de então, os agentes envolvidos com o desenvolvimento do turismo devem ter contato com a proposta, conhecer os impactos causados pelo turismo e tomar as condutas necessárias para diminuir a amplitude dissonante entre o que se utiliza e a destruição que se causa (Borges, Ferraz & Borges). Salientam os autores:

A “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” (OMT, 1994) surgiu como um desdobramento dessa proposta e indicou áreas prioritárias para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável. Os princípios de sustentabilidade passaram a permear a conduta de todos os agentes envolvidos com o desenvolvimento do turismo de forma que seus impactos fossem os menores possíveis. (Borges, Ferraz & Borges, 2015, p. 602).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O turismo sustentável é configurado pela satisfação dos visitantes e as necessidades socioeconômicas em relação à cultura, à integridade do ambiente natural e à manutenção da diversidade biológica. Todos estes aspectos, vistos por uma lente sustentável, precisam ser mantidos e preservados para gerações futuras. Foi nessa direção que diversos projetos ecológicos ganharam importância nas cidades litorâneas brasileiras. Esta é o caso do projeto Tamar, objeto de análise que será discutido na sequência.

3. Resultados e Discussão

A década de 1980 foi marcada pela emergência de questões ambientais no Brasil. Esse fato se deu como repercussão de discussões mundiais, quando foi abordada com mais efetividade a urgência da preservação da natureza. Em território nacional, essa visão se instituiu com a Constituição Federal, na qual é possível encontrar: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para futuras gerações” (BRASIL, 1988). Com isso, a fauna e a flora se tornaram bens comuns que devem ser protegidos pelo Estado.

Nessa época, nasceu o Projeto Tamar como uma instituição com objetivos focados na retirada de tartarugas marinhas da lista de animais ameaçados de extinção. E também nesse período, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que hoje é conhecido e nomeado como Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), era o responsável pelo início desse projeto que foi estendido a toda costa brasileira como estratégia para preservar a vida dos animais marinhos (TAMAR, 2019). O Ibama é um órgão federal, fundado em 1989, que implantou leis e definiu regulamentações que deram base para o começo das mudanças de proteção do meio ambiente no território litorâneo (OEKO, 2013).

Atualmente, o Projeto Tamar conta com 26 unidades espalhadas pela costa brasileira e faz larga divulgação sobre as populações marinhas e os trabalhos desempenhados em sua proteção. Para isso, o seu endereço eletrônico, apresentado na Figura 1, é uma ferramenta de alto alcance, utilizada para apresentação de dados científicos e eventos promovidos pela instituição. Também é um espaço para fazer propagandas e palestras que acontecem para apoiar os propósitos do Projeto.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Figura 1 – Página inicial do Projeto Tamar.



Fonte: Projeto Tamar, 2019.

Dentre as primeiras providências tomadas pelo projeto em relação à vida marinha, houve um posicionamento a respeito da iluminação artificial nas áreas praianas que passaram a ser fiscalizadas e não poderia mais desrespeitar os hábitos das tartarugas. Também o trânsito de veículos passou a ser proibido dentro das áreas delimitadas pela desova. A partir de então, passou a ser solicitado o contato direto com o centro Tamar caso fosse encontrado alguma área com a presença desses animais, vivos ou mortos, para tomada de providências. Com esse mapeamento, iniciaram-se as fiscalizações dos locais onde as tartarugas marinhas colocavam seus ninhos, mantendo um controle sobre essa população e sobre a qualidade ambiental (TAMAR, 2019).

As atividades executadas em convívio com esses animais, que têm sua existência ameaçada, possuem uma relação direta com a presença de turistas. As tartarugas servem como “atrações de uma localização geográfica que fazem os turistas desejar visitá-la” (Flores; Mendes, apud Cooper, 2001, p. 225). Os autores ainda afirmam que “as demandas modificam a estrutura e o caráter do destino pela geração de ofertas e mudanças nos seus elementos constitutivos” (Idem). Assim, o Projeto Tamar mantém uma ligação direta com os turistas, estabelecendo com eles uma atividade ao mesmo tempo turística e educativa.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

De acordo com Jacobi (2003, p. 243): “É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de uma sociedade crescentemente não só ameaçada, mas diretamente afetada por riscos e agravos socioambientais”. Para transformar essa realidade, o autor sustenta a necessidade “de promover o crescimento de uma sensibilidade maior das pessoas face aos problemas ambientais, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle da degradação ambiental” (Jacobi, 2003, p. 241). A proteção especial e legal às tartarugas foi citada pela primeira vez quando o Ibama criou a Portaria de número 1.522, em dezembro de 1989, na qual é apresentada uma lista oficial de espécies da fauna brasileira. Posteriormente, as tartarugas foram inseridas no documento chamado “Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção” (MMA, 2008). Essa legislação teve grande relevância para gerar transformações na sociedade, colocando a comunidade e os turistas em contato direto com a manutenção e expansão desses animais. Dentro do território delimitado em cada projeto Tamar é proibido o consumo, a captura, o abate, o comércio e/ou o transporte desse animal. Tais práticas eram bastante comuns no passado, exigindo todo um trabalho educativo e de tomada de consciência por parte da população.

Colaborando com a dinâmica de transformação para recuperação das espécies e manutenção dos espaços, o turismo possui um papel importante. Para Flores e Mendes:

na compreensão sociológica o destino turístico é apresentado como o resultado da prática social, sendo que cada atividade acontece em um lugar, e essas atividades formam o lugar. Mudanças de atividades alteraram o caráter espacial de um lugar, ou seja, a sua estrutura, o conteúdo, o significado e o tamanho. Isto significa que um destino não é uma aglomeração física de instalações e empresas, mas um processo que, a qualquer momento, se remodela, através dos olhos dos atores que participam desse processo (Flores; Mendes, apud Framke, 2002, p. 227).

O Ministério do Turismo assumiu a responsabilidade por efetivar as pautas formuladas para Agenda 2030, criada pelas Organizações Unidas (ONU), no ano de 2015. Na Agenda, estão especificados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dentre os quais o turismo aparece citado: “Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2015). Providências legais e educativas foram tomadas como primeiros passos para efetivar a proteção e o respeito pela vida marinha. A Fundação Pró-Tamar, fundada no ano de 1980, passou a ser considerada uma Utilidade Pública Federal, sendo a principal executora do Plano Nacional de Ação para a Conservação das Tartarugas Marinhas no Brasil (PAN). Ela está vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cujo objetivo consiste em: “proteger o patrimônio natural e



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

promover o desenvolvimento socioambiental” (ICMBio, 2019). Assim, a Fundação tem vínculo direto com as populações locais, buscando novos meios de gerar renda para as comunidades, desenvolvendo programas que trabalham com a educação ambiental e dando atenção às questões de sustentabilidade social e afetiva dos espaços. Por essa razão, em 2006, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para às práticas do Projeto Tamar. Nota-se que os eventos e programas são importantes para a sustentação do propósito do Projeto e, conseqüentemente, para todos que se aproximam dele como turistas ou que vivem dele como trabalhadores.

Considerações Finais

A presente pesquisa demonstrou que quanto maior o envolvimento de agentes sociais em um projeto ambiental, maior a potencialidade de transformação do atual estado de desgaste em que se encontra a natureza em escala planetária. Isso fica mais claro com a compreensão oferecida por Jacobi, quando explica: “O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica” (2003, p. 194).

Para mudar uma realidade ambientalmente vulnerável à destruição, tão fortemente instituída em nosso país, fica evidente a necessidade de participação de diversos setores sociais. A Psicologia Social reconhece a importância desse envolvimento e o compreende enquanto uma ação política voltada para a proteção de bens comuns que traga benefícios à coletividade e ao planeta. Alcançar o objetivo colocado pelo Tamar, que consiste em salvar as tartarugas da extinção, demandou a implantação de múltiplas ações que englobaram, inclusive, outras espécies animais como os tubarões e as arraias. O intuito era atrair a atenção da população (local e de turistas) e expandir o interesse público pelas informações e práticas adotadas pela instituição. Nota-se que esse empreendimento político de proteção envolveu a soma de esforços entre o Projeto Tamar, a Fundação Pró-Tamar e o ICMBio, amplamente conectados à comunidade. Especificamente ao ICMBio, cabem as atribuições legais de criação de planos de ação para sua conservação.

Pode-se dizer que os apoios à preservação vêm de diferentes lugares: da sociedade civil, das instituições nacionais e estaduais, das prefeituras, da comunidade, das empresas, até de instituições internacionais interessadas na proteção planetária da natureza. Nesse



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

sentido, fica clara a necessidade de uma organização institucional híbrida para que os projetos de proteção ambiental sejam de fato factíveis e se estendam também para as dimensões sociais e afetivas. Ao voltar-se para essas duas populações, a local e a turística, valorizando sua participação, o projeto Tamar demonstra a importância de intervenções afetivas em esfera local e ampliada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. D. DE; ABRANJA, N. A. **Turismo e Sustentabilidade**. Cogitur, p. 15–31, 2005.
- BARBOSA, Gisele Silva. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2008. Disponível em: <http://files.gtsustentabilidade.webnode.com/200000055-d44dfd5476/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. ed. 17. São Paulo, 2008.
- BECKER, B, K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno virtual de turismo**, n. 1, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_225_.asp>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Brasília: Fundação Biodiversitas, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_publicacao/147_publicacao31032009115621.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- BRASIL. **Ministério do turismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- ICMBio. **Portal**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em 12 mar. 2019.
- CORREA, A. C.; ÁVILA, L,V; SCHUCH JÚNIOR, V. F.; MADRUGA, L. R. da R. G.; HOFFMANN, C. F.; ERDMAN, R. H. Sustentabilidade das políticas e estratégias para a educação superior no brasil: uma análise sob a ótica da teoria dos sistemas autopoieticos. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 153-176, maio 2015.
- DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Abril cultural, Brasiliense, 1984.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FLORES, L. C. S.; MENDES, J. C. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2, p. 222–237, maio-ago. 2014.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. 2003. **Cadernos de Pesquisa**, 1(18), p. 189-206.

MAAR, W. L. **O que é política**. Ribeirão Preto: Brasiliense, 1982.

MANSANO, S. R. V. Espaço urbano, natureza e relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 17(3), 49-59. São Paulo, SP, jan.-abr. 2016.

OECO. **O que é o Ibama**. 16 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27857-o-que-e-o-ibama/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030**. 13 out. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PELLENZ, M.; BASTIANI, A. C. B. de. Sustentabilidade e consciência ambiental: uma nova postura humana frente ao desenvolvimento. **Revista Eletrônica Direito e Política**, 9 (3), 2014.

PÉREZ-NEBRA, A. R.; TORRES, C. V. Imagem do brasil como país de destino turístico: Uma pesquisa da psicologia do consumidor. **Turismo: Visão e ação**, n. 10, p. 101–114, 2002.

TAMAR. **História**. Disponível em: <<http://www.tamar.org.br/interna.php?cod=64#>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

TAMAR. **Inclusão social**: primeiro, o Tamar cuida de gente. Disponível em: <<http://www.tamar.org.br/interna.php?cod=165>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

TAMAR. **Missão**. Disponível em: <<http://www.tamar.org.br/interna.php?cod=63>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

TAMAR. **Tartaruga marinha**: Um mar de conhecimento e encantos. 2014. Disponível em: <<http://www.tamar.org.br/arquivos/Cartilha-2014-Projeto-Tamar-Arembepe-BA.pdf>>. Acesso em: 25 de mar. de 2018.